

# AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS NOVOS VÍNCULOS COM A PRÁTICA ECONÔMICA<sup>1</sup>

Marie Anne Najm Chalita<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é mostrar a importância prática e teórica de se retomar o conceito de agricultura familiar, na sua gênese e nas suas transformações, como condição necessária à compreensão de suas formas atuais dessa categoria social e de seus vínculos com a prática econômica. Procura-se fazer um resgate de como o conceito de agricultura familiar surgiu e foi debatido no pensamento acadêmico nas suas linhas mais gerais, desde a ênfase dada nas suas relações com o entorno sócio-econômico até as análises de sua lógica interna de produção ou da articulação desta com a sociedade global (respectivamente, tanto as especificidades da produção familiar e seus aspectos organizacionais quanto as condições de sua reprodução diante do desenvolvimento capitalista). Considera-se, ainda, alguns elementos do debate contemporâneo sobre as mudanças que têm ocorrido na coesão dos membros na unidade de produção familiar devido à ruralização da agricultura e dos novos requisitos à inserção social e à integração econômica.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, prática econômica, ruralização.

## FAMILY FARMING AND ITS NEW LINKS WITH THE ECONOMIC PRACTICE

**ABSTRACT:** This article discusses the practical and theoretical importance of reconsidering the concept of production in family agriculture, in its genesis and transformations, in order to understand its contemporary forms and relations with the economic practice. Some insight is provided on how this concept came about and evolved within the field of sociology in its general uses. That includes the emphasis given on its relations in the socioeconomic environment and the analyses of its inner production logic or its articulation within the global society. Thus specificities of family production and its organizational aspects, as well as its process of reproduction in the capitalist system are developed. The article also briefly surveys the contemporary debate surrounding the changes in the traditional cohesion among the members of the family production unit on account of agricultural ruralization, as well as the new critical requirements for social insertion and economic integration.

**Key-words:** family farming, economic practice, ruralization.

**JEL Classification:** 018.

---

<sup>1</sup>Este artigo contém parte (reformulada) da tese de doutorado da autora. O item 4 (evidências empíricas da agricultura familiar foi elaborado posteriormente). Registrado no CCTC, ASP- 03/2006.

<sup>2</sup>Bióloga, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

## 1 - INTRODUÇÃO

Este artigo traz algumas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar que tem sido retomado em várias pesquisas em razão das grandes transformações surgidas nos mercados, novos padrões de organização e novos fluxos, e os conseqüentes desafios nas formas de integração econômica e inserção social e nas características internas daquela categoria social. A importância é de natureza não apenas teórica, mas prática, uma vez que indica possíveis modos de intervenção do poder público junto a esses produtores.

Procura-se fazer um resgate de como o conceito de agricultura familiar surgiu e foi debatido no pensamento acadêmico nas suas linhas mais gerais, desde a ênfase dada nas suas relações com o entorno sócio-econômico, até as análises de sua lógica interna de produção ou da articulação desta com a sociedade global. As questões suscitadas situam-se no complexo debate entre filiações teóricas e procedimentos analíticos sobre, de um lado, a importância das estratégias de decisão dos produtores familiares a respeito do funcionamento de sua exploração (Chayanov) e, de outro, os efeitos determinantes dos contextos sociais e econômicos (Lenin, Kautsky). Trata-se, em síntese, no primeiro caso, das especificidades da produção familiar (aspectos organizacionais) e, no segundo, das condições de sua reprodução e transformação diante do desenvolvimento capitalista. Consideram-se, ainda, as mudanças que têm expressado a ruralização das atividades agrícolas e na conseqüente graduação entre formas diversas de agricultura familiar no que se refere à composição da renda familiar e à exigência em qualificação e profissionalização do produtor.

Esse resgate não pretende demonstrar qualquer tipo de tendência na sociologia rural, uma vez que esses enfoques evidenciam, na maioria das vezes, perspectivas teóricas divergentes. Trata-se, sim, de alguns procedimentos de desconstrução analítica da definição social dos produtores familiares (e não sua invalidação).

## 2 - TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, a temática da produção familiar esteve, até a primeira metade da década de 1990, segundo Schneider (1999), sucumbida à prioridade dada para as análises sobre a expansão do capitalismo no meio rural, as especificidades desse processo e a formação da estrutura de classes. A tradição marxista (composta pela tríade dos clássicos na sociologia do rural, MARX, 1987; LÊNIN, 1988 e KAUSTSKY, 1980), apesar de reconhecer a persistência de formas de produção familiar nos países avançados, não possibilitou aventuras na formulação de uma teoria específica para esses produtores, uma vez que professava que a presença dessa categoria podia ser explicada no âmbito de uma teoria geral sobre o desenvolvimento do capitalismo.

Como resultado dessa perspectiva analítica, a presença de "camponeses", noção que englobava pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e outras categorias sociais, definidos em oposição ao latifúndio, em uma visão de dualidade da estrutura fundiária brasileira, definiu a questão agrária como tema central da sociologia rural. Os camponeses eram interpretados de diversas maneiras, desde resquícios feudais até formas de assalariamento disfarçado, uma vez que a preocupação na análise era o caráter da expansão do capitalismo na agricultura brasileira e as formas sociais daí resultantes, em um contexto de forte ideologização da reflexão acadêmica, tendo em vista também o contexto político marcante das décadas de 1950 e 1960.

Segundo Porto e Siqueira (1994), o surgimento da noção de pequena produção nas décadas de 1970 e 1980, que emerge junto com a tentativa do Estado de integrar os pequenos produtores ao processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, impulsionado pela proliferação das ligas camponesas na década de 1960, contribui para criar uma conotação menos politizada e estigmatizada, porém operacional, em contraposição ao sentido teórico da noção de campesinato. A leitura dos estudos dessa época - de orientação teórica marxista na sua maioria -

revela alguns desdobramentos diretos para a compreensão da pequena produção (agricultura familiar), quais sejam:

- 1) quando centrados na contribuição da política de subvenções do Estado voltada à modernização agrícola, articulada com certas particularidades do desenvolvimento capitalista e sua integração com o capital industrial, os pequenos produtores eram situados entre a burguesia e os agricultores pobres (ou em vias de proletarianização) e considerados em "transição", uma vez que, para esses autores, a expansão do capitalismo levaria, inelutavelmente, ao seu desaparecimento; e
- 2) quando centrados diretamente na integração dos produtores à agroindústria, os estudos se dividiam entre os que consideravam essa integração como subordinação de seu trabalho ao capital agroindustrial (WANDERLEY, 1979; BELATO, 1984; GRAZIANO DA SILVA, 1982) e aqueles que suavizavam o peso da integração como limitante da autonomia do produtor (PAULILO, 1987; WANDERLEY, 1988 e 1998).

No primeiro caso, o advento das noções de integração e exclusão para analisar a inserção dos pequenos produtores nas transformações capitalistas na agricultura representou o auge do olhar sociológico sobre a realidade, uma vez que a integração ou não às agroindústrias e mercados consumidores seria a prova de que o capitalismo se expandiria de forma indireta, subordinando esses produtores e provocando um processo de diferenciação interna nos moldes preconizados pela tradição teórico-marxista (graças à subordinação real ao capital e à tendência à proletarianização).

Já a temática da autonomia provém da contribuição de Chayanov (1974). A sua teoria da economia camponesa, versando sobre o funcionamento interno desse considerado modo de produção, quando vinculada à tradição leninista do marxismo clássico, concretizou-se em interpretações sobre a articulação entre uma relativa autonomia na forma de gestão da força de trabalho e do processo produtivo com a articulação subordinada ao capital, isto é, com o entorno do sistema econômico dominante. Essa

tendência veio, de uma certa forma, reforçar a direção das análises sobre o "*trabalhador para o capital*" e sobre o "*proprietário formal da terra*" para explicar situações de integração.

Autores como Schneider (1999) e Abramovay (1992) concordam que o tema da agricultura familiar na literatura foi atravessado por condicionantes políticos e ideológicos naquilo que era o esforço de compreender as especificidades da questão agrária brasileira, as características das relações sociais no campo (feudais ou capitalistas), para daí vislumbrar o que seriam os grupos sociais potencialmente revolucionários.

Porto e Siqueira (1994) tratam da dificuldade na abordagem da agricultura familiar dentro de outra temática, a das lutas sociais. As autoras retratam a evolução na utilização das categorias teóricas camponês e pequeno produtor na sociologia rural brasileira e analisam as formas de inserção analítica dessas categorias centrais na realidade empírica dos movimentos sociais no meio rural em meados da década de 1980, que apontaram para o renascer do exercício da cidadania após décadas de autoritarismo político e para a surpreendente diversidade social do mundo rural (GRZYBOWSKI, 1987; GERMER, 1988).

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que se superavam as questões teóricas sobre a reprodução e a funcionalidade da agricultura familiar no capitalismo, os projetos imediatos dos atores foram analisados como resposta às estruturas de produção dominantes, o que os levou a se tornar referências empíricas para categorizar as próprias lutas e os tipos sociais envolvidos (lutas pela reforma agrária, lutas contra a expropriação, lutas contra a exploração dos assalariados, lutas contra a subordinação do trabalho ao capital agroindustrial, lutas em torno do valor do produto).

A compreensão da ação política desses grupos sociais em face da difração entre estruturas e comportamentos, entre categorias sociais e projetos e a não continuidade das lutas - tendo em vista que essas "rupturas" políticas foram atribuídas à luz das intervenções dos mediadores, à falta de consciência coletiva, à vigência dos pólos desiguais na relação domi-

nante-dominado e aos determinantes da modernização agrícola - ficou reduzido ao papel do Estado e à tomada das instituições de classe sobre o poder político na maioria dos trabalhos da época, mesmo porque o Estado foi o grande agente impulsionador da modernização e o atrelador da estrutura sindical<sup>3</sup>.

Em síntese, muitas análises sobre a diferenciação social que buscavam as especificidades da produção familiar, baseadas no tamanho da propriedade, força de trabalho e grau da tecnificação dos sistemas produtivos e guiadas pelos paradigmas analíticos da tradição marxista, advindos do campo da economia, mostraram-se insuficientes para a compreensão da estrutura social na agricultura e suas relações com o capital agroindustrial, como também comprometeram as interpretações a respeito da expressão política dos diversos grupos sociais.

Essas abordagens afastaram da problemática a importância dos projetos e da organização sociopolítica dos diversos atores sociais no universo das relações e interesses sociais como manifestação dos interesses mais coletivos, e talvez favoráveis às mudanças em curso, notadamente no que concerne à expressão política dos diversos tipos sociais complexos de produtores familiares, como foi observado em um passado relativamente recente em relação às mobilizações organizadas pela Frente Ampla da Agropecuária e da União Democrática Ruralista (UDR) (década de 1980)<sup>4</sup>.

Essa noção de complexidade rejeita o determinismo econômico das relações de produção como explicativo dos projetos e comportamentos. Segundo Jean (1994, p. 53), essa complexidade se expressa no personagem híbrido que seria o agricultor familiar contemporâneo, o qual continua, conceitualmente, apresentando as características tradicionais da pro-

dução familiar - a propriedade da terra e a maior parte do trabalho agrícola são do produtor e dos membros da família -, porém revela uma tríplice identidade evidenciada por características complementares às estruturais: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador. A título de proprietário fundiário, há muito tempo renuncia ao recebimento de rendas fundiárias para manter seu modo de produzir como mais competitivo do que outras formas produtivas; como um empresário privado, possui seus meios de produção, mas continua produzindo mesmo não tirando vantagem e, ainda, aumenta o volume da produção quando os preços abaxiam; e, por último, e talvez antes de qualquer coisa, revela-se como um trabalhador, e um dos últimos trabalhadores autônomos.

Abramovay (1992) faz uma contribuição importante ao analisar o surgimento do agricultor familiar moderno, recuperando o que seria seu caráter distintivo em relação ao camponês. Para o autor, o produtor familiar na sociedade moderna representa uma forma de produção "*altamente integrada com o mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida, converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho*" (ABRAMOVAY, 1992, p. 22 e 127). Segundo ele, o que era uma categoria social fadada à decomposição no processo de expansão do capitalismo nos clássicos marxistas converteu-se no seu expoente mais saliente. Outros autores abordam de outra forma a reprodução da agricultura familiar no capitalismo, como é o caso de Mann e Dickinson (1978), que atentam para a dificuldade no surgimento das empresas capitalistas na agricultura, uma vez que há uma nítida separação entre tempo de trabalho e tempo de produção na agricultura. Essa separação acabou inspirando Aidar e Perosa Júnior (1981) a afirmar que as unidades familiares modernas de produção são parceiras privilegiadas do capital agroindustrial<sup>5</sup>, uma vez que buscam reduzir o tempo de produção através da intensificação do trabalho.

<sup>3</sup>Navarro Org. (1996) traz alguns elementos de análise sobre essas interpretações mais tradicionais dos movimentos sociais no campo. Ver especialmente nesta coletânea os textos de Fox, Jonathan e de Navarro.

<sup>4</sup>Como exemplo desta tendência na interpretação da participação de pequenos produtores nas manifestações da UDR, ver Gomez (1987) e Bruno (1997). Coradini já tinha chamado a atenção para o afunilamento ou a integração político-ideológica subjacente à integração agroindustrial como uma alternativa a essas interpretações mais lineares (CORADINI, 1985).

<sup>5</sup>Um resumo dessas posições encontra-se em Goodman; Sorj; Wilkinson (1985).

### 3 - DIFERENCIAÇÃO INTERNA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Schneider (1999), o tema da agricultura familiar só toma forma na academia como objeto de investigação específico a partir de meados da década de 1990, uma vez que os estudos anteriores centravam-se ora na produção camponesa, ora na pequena produção. Estudos de caso, porém, a partir da década de 1980, já se debruçavam sobre suas diferenciações internas. Esses estudos acentuaram o lugar dos agricultores familiares como alvo central das controvérsias da discussão sobre classes sociais – fortemente fundadas na concepção marxista – frente à grande diferenciação encontrada nas suas formas reais e pelo fato de constituírem uma categoria social que não entraria na composição de polaridades antagonicas nas relações sociais em que se inserem<sup>6</sup>.

Nem capitalistas, nem camponeses, Abramovay (1992) atribui a esses produtores uma posição própria na estrutura de classes no meio rural. Já Lamarche (1992, 1994) considera que há uma classe social no interior de cada forma diversa de produção familiar. Por outro lado, Wanderley (1990) afirma que a forma familiar diversifica-se em diferentes contextos e constitui uma evolução da forma camponesa. Neves (1995) considera a dicotomia da caracterização familiar e capitalista simples e reducionista. Brumer (1994, p. 89-90) defende que o produtor familiar não é, necessariamente, capitalista, pois é proprietário da terra na qual produz; não vive fundamentalmente do trabalho dos outros, e ele e/ou membros de sua família trabalham no próprio estabelecimento agropecuário. Uma das principais diferenças entre o produtor familiar e o empresário capitalista, segundo a autora, é que o primeiro precisa produzir, de certa forma, independentemente do mercado, pois ele e sua família vivem dos produtos da terra, enquanto o segundo pode decidir mais livremente em que e como investir seu capital, e até demitir empregados excedentes.

Descartada definitivamente a variável fundiá-

ria na definição de tipologias que impôs por duas décadas a noção de pequena produção, algumas definições, que interessam particularmente a este trabalho, persistem no âmbito da questão do trabalho, isto é, no que diz respeito à separação família-propriedade operada pelo trabalho ou, como alguns autores observam, na pertinência de considerar a família como um conceito teórico para a análise da produção familiar (BRUN, 1987). Esta reflexão faz-se necessária porque o conceito analítico fundado sobre a produção familiar ainda permanece preso, fundamentalmente, às características polarizadas da organização do trabalho nas propriedades (presença ou não de trabalhadores externos, quantidade e duração do trabalho), enquanto é pouco desenvolvida a importância do trabalho indireto (gestão) dos produtores, dos determinantes provindos do mercado de trabalho, das mediações na contratação dos trabalhadores temporários e das especificidades do produto agrícola em questão, tanto na divisão social do trabalho quanto na reprodução social das propriedades. Igualmente não é considerada a idade da unidade produtiva influenciada pela dinâmica interna da mudança de gerações e variações no envolvimento de membros da família na produção.

Em outras palavras, está em debate a questão do grau de centralidade do trabalho familiar ou a questão da indissociação entre família e propriedade contida nas definições mais tradicionais da produção familiar. Diante disso, alguns desdobramentos parecem pertinentes para a rediscussão da produção familiar moderna como uma das configurações de um profundo processo de diferenciação social na citricultura.

Em primeiro lugar, no que diz respeito ao papel do trabalhador assalariado, duas posições antagonicas podem ser levantadas da bibliografia consultada:

- 1) a primeira provém da análise de Kageyama e Bergamasco (1989) que, ao constatar as características de categorias sociais que utilizam grande parcela de assalariados, afirmam que essas são empresas familiares que muito se aproximam de empresas capitalistas; e
- 2) a segunda provém de Jean (1994), que afirma ser o

<sup>6</sup>Ver também Sorj (1980), Lopes e Sales (1983); Antuniassi (1986); Loureiro (1987) e Carvalho (1987).

assalariamento uma variável exógena que não compromete o caráter familiar de certos tipos de produção.

Em seguida, mas também relacionados à questão do grau de centralidade do trabalho familiar, surgem os seguintes elementos de análise:

- 1) o processo de individualização do trabalho da unidade agrícola (*part-time*), isto é, as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos deixam de ser responsabilidade de um conjunto dos membros da família para ser de um ou outro (CARNEIRO, 1998; GRAZIANO DA SILVA, 1999a, p. 230). Isso pode ocorrer devido à busca de outras alternativas de trabalho (ou profissionais) pelos filhos ou devido ao fato de a maior parcela do trabalho ser realizada por terceiros;
- 2) a função da gestão da propriedade representa trabalho exercido na propriedade, apesar de não consistir em atividade (labor) essencialmente agrícola. Graziano da Silva (1999a, p. 217) acredita que o critério do grau de separação entre gestão e trabalho mascara o fato de que o produtor que assume a gestão pessoalmente (e não por administrador contratado) pode também realizar trabalho agrícola e, neste caso, não se constituiria em um modelo patronal de estabelecimento (separação completa das funções);
- 3) a tentativa de caracterizar os estabelecimentos pelo tipo de força de trabalho contratada (ou não contratada) resulta igualmente em contradições. A tabulação proposta a partir dos Censos Agropecuários, separando estabelecimentos com trabalhadores permanentes/com trabalhadores temporários; com/sem; sem/com; e sem/sem (respectivamente para trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários) engloba, neste último tipo, tanto unidades altamente mecanizadas quanto pequenos estabelecimentos que, na verdade, não passam de locais de moradia (GRAZIANO DA SILVA, 1999a, p. 221); e
- 4) a questão do lugar da propriedade como patrimônio quando da transmissão por herança também suscita cuidados na análise, uma vez que pode haver diminuição da importância da pro-

priedade nesse sentido, tendo em vista o afastamento dos filhos da atividade propiciar a eles outras fontes de renda e inserções profissionais distantes da agricultura e alterar a importância estratégica da transmissão da propriedade para a reprodução social da família.

Segundo Graziano da Silva (1999a, p. 217), com exceção da predominância do trabalho assalariado, os outros quesitos não têm estatuto teórico relevante para separar o modelo patronal do familiar; eles serviriam apenas para caracterizar diferenciações relativas à região e ao produto agrícola, uma vez que se relacionam com o perfil tecnológico, podendo haver obstáculos naturais à mecanização. Entretanto, em que pese a observação desse autor, a predominância ou não do trabalho assalariado também é atributo da tecnologia, do mercado de trabalho regional, de demandas por parte da agroindústria de fornecimento regular de matéria-prima, da concorrência estabelecida para atender a esse fornecimento, dos requisitos em produtividade exigindo trabalhadores disciplináveis e do cálculo que o produtor faz quando do balanço financeiro entre custo e benefício (envolvendo inclusive a decisão sobre manter ou não um membro da família residindo na propriedade), portanto parece também refletir particularidades regionais e do produto agrícola considerado.

O mesmo autor distingue três grupos (grandes proprietários e capitalistas agrários; empresas familiares; e produtores camponeses), com base em dois critérios: 1) o grau de importância da taxa de lucro no funcionamento da unidade produtiva, determinando maior ou menor mobilidade de capital e possibilitando ou não a busca de alternativas produtivas em termos da escala de produção, como investimentos; e 2) a composição feita entre a participação da mão-de-obra familiar e assalariada e o nível de remuneração e a relação do produtor com os empregados (distância ou não) (GRAZIANO DA SILVA, 1999a, p. 214-215).

A existência de empresas familiares que apresentam grau mais avançado de divisão do trabalho e a separação, pelo menos parcial, do responsável do

trabalho que adota a forma assalariada de trabalho de forma constante não é suficiente para caracterizar sua natureza capitalista. É necessário que, seguindo sua análise, os meios de produção funcionem efetivamente como capital. E isso implica que o proprietário desses meios de produção personifique o capital, atendo-se exclusivamente à gerência do empreendimento. O produtor familiar, segundo ele, torna-se um capitalista, quando: 1) guia-se pela taxa de lucro e, portanto, pela concorrência entre capitais; 2) tem comando sobre trabalho alheio; e 3) está desvinculado das atividades produtivas diretas.

Outra contribuição importante que se alinha com essa primeira abordagem resulta da leitura que Schneider (1999, p. 49-58) fez de autores neomarxistas, como Friedmann (1986, 1988) e Goodman e Redclift (1985)<sup>7</sup>. De acordo com Schneider, o debate travado entre esses autores no campo neomarxista da Sociologia da Agricultura merece ser resgatado porque, ao tratar da permanência e da reprodução da produção familiar a partir da releitura dos autores clássicos, dá uma nova dimensão analítica à produção familiar no sentido de complexificá-la em suas diferenciações reais. Esse debate, segundo o autor, gerou uma polêmica entre os neomarxistas que marcou o confronto entre perspectivas analíticas que serviram de instrumental de análise para estudiosos das décadas recentes.

Friedmann, ao interpretar a presença e a reprodução das formas familiares de organização do trabalho e da produção na agricultura, recoloca no centro do debate teórico o conceito marxista de produção simples de mercadoria para explicar formas sociais que estão apenas parcialmente integradas à divisão social do trabalho e aos circuitos de produção do valor, pois não realizam integralmente sua reprodução ampliada. Segundo a autora, na produção mercantil simples, o proprietário tanto da força de trabalho quanto dos meios de produção estão reunidos em uma única unidade e possuem relações de parentesco entre si, sendo, portanto, um tipo de

combinação entre as unidades familiares e as unidades de produção capitalistas<sup>8</sup>. A forma de produção mercantil simples busca atender prioritariamente aos interesses da reprodução do núcleo familiar (e não à obtenção de mais-valia) (FRIEDMANN apud SCHNEIDER, 1999, p. 52-53). Seria uma forma de produção familiar competitiva e especializada - em oposição à produção familiar tradicional, na qual o responsável é proprietário dos meios de produção e conta com a própria força de trabalho para operá-los, compra os meios de produção e os recursos para subsistência. A capacidade da família, segundo o autor, adapta-se a um conjunto diversificado de situações impostas pelo ambiente onde se encontram inseridas, o que permite sua flexibilidade, adaptação ou reação. Portanto, há características históricas contextuais que podem facilitar a dissociação entre propriedade dos meios de produção e a força de trabalho, sugerindo que podem surgir novas formas de organização e de relação do produtor com seus meios de produção.

Uma reflexão importante a partir dos textos de Friedmann (apud SCHNEIDER, 1999, p. 59) refere-se à possibilidade, diante da dissociação entre meios de produção e trabalho, dada a competição intercapitalista, de haver uma procura, por parte dos produtores, de escalas cada vez mais intensas para aumentar a produtividade agrícola, e esse processo acabar resultando na elevação da taxa de lucro e na forma de garantir a reprodução social. Segundo a autora, essa opção seria a escolhida pelos produtores simples de mercadoria, principalmente se houvesse relações familiares e de parentesco importantes que justificassem uma ajuda financeira por parte do pai de família (por exemplo, ajuda dos pais aos filhos para que se estabeleçam economicamente). Tanto o trabalho em tempo parcial ou integral dos membros da família fora da propriedade quanto a opção da

<sup>7</sup>Friedmann, H. Family enterprises in Agriculture: structural limits and political possibilities. In: Cox, G., Lowe, P., Winter, M. *Agriculture: people and policies*. London, Allen, 1986a.

<sup>8</sup>Nas unidades familiares, o trabalho é organizado com base em relações de parentesco e gênero, porque é a própria família que trabalha e a posse dos meios de produção não está separada de quem executa o trabalho. Nas unidades de produção capitalista, a força de trabalho é recrutada através do mercado de trabalho, via contrato de trabalho, à semelhança do que acontece com a aquisição das demais mercadorias necessárias ao processo produtivo (FRIEDMANN apud SCHNEIDER, 1999, p. 53).

reprodução ampliada para os produtores simples de mercadorias só são possíveis devido às relações familiares e de parentesco, uma vez que são variáveis importantes a serem consideradas no processo de tomada de decisões dos agricultores, pois elas dão sentido e racionalidade às estratégias que os pais adotam visando ampliar os recursos e os bens disponíveis para deixar a seus filhos ou àqueles que seguirão com a propriedade.

Goodmann e Redclift (1985) discordam do conteúdo analítico do conceito de produção simples de mercadoria, afirmando que sua validade é apenas histórica e descritiva e que, portanto, teria substituído a dialética pela utilização da produção simples de mercadoria como um tipo ideal. Uma das críticas que formulam a Friedmann é que, segundo ela, o confronto entre a base técnica e social seria apenas conjuntural, isto é, o uso da força de trabalho familiar em lugar da assalariada ocorreria apenas em certos momentos do ciclo demográfico da unidade familiar (quando os filhos já estão em idade de trabalhar e permanecem no ambiente familiar). A segunda crítica é que, em um ambiente de competição intercapitalista, a reprodução simples não pode ser o principal objetivo da família (e que a reprodução ampliada ocorra apenas por razões demográficas e culturais, como ela afirma). A terceira crítica, decorrente das anteriores, é que o uso do trabalho assalariado seria o meio para obter essa taxa de lucro e gerar condições de reprodução da competitividade (sobretudo para acompanhar o progresso tecnológico). Resumindo, o uso permanente de trabalho contratado torna-se um pré-requisito estrutural, levando à separação entre trabalho e capital e permitindo, portanto, a exploração da mais-valia. Nesse caso, desaparece a especificidade da produção simples de mercadoria defendida por Friedmann (GOODMAN e REDCLIFT apud SCHNEIDER, 1999, p. 60).

Schneider salienta também a proposta de Gasson e Errington (1993 apud SCHNEIDER, 1999, p. 65)<sup>9</sup>, que difere das anteriores por relegar os aspectos

da gestão do trabalho da família a um plano dependente de variáveis, como relações de parentesco, controle administrativo e transferência intergeracional. Em outras palavras, o conceito adotado é o de unidade familiar mercantil e não unidade familiar de trabalho. A presença ou não de trabalho assalariado (que depende do ciclo demográfico em que se encontra a família e das necessidades produtivas) não é o aspecto mais importante, mas, sim, a existência de relações familiares na propriedade. Sua análise, porém, se dá em contextos em que a terra e a força de trabalho são cada vez menos importantes como fatores de produção, devido ao elevado grau de mecanização utilizado. Loureiro (1987), em um estudo sobre os produtores de tomate no Estado de São Paulo, mostrou também o rigor disciplinar e financeiro que o chefe da propriedade tem em relação ao trabalho dos membros de sua própria família, o que mostra que as relações internas nem sempre são favoráveis à permanência da organização familiar de trabalho.

Em síntese, a análise da articulação entre a lógica familiar e os determinantes objetivos e contextuais limita a compreensão de formas modernas da produção familiar que se diferenciam e se afastam de características tidas como centrais no conceito clássico de agricultor familiar na literatura (indissociação entre família, trabalho e propriedade). A dissolução das características tradicionais da produção familiar, quando esta crescentemente adere à noção de competitividade, pode ocorrer devido às características da divisão social do trabalho existente em uma determinada realidade regional ou em uma determinada organização de trabalho setorial, assegurando ao agricultor familiar a contratação de assalariados em um contexto de ampla disponibilidade de força de trabalho e seu posicionamento em atividades estratégicas de administração comercial da propriedade. Nesse caso, a consequência é uma marcante alteração de sua posição na estrutura social, com modificações na formulação de projetos sobre seu dever familiar, à definição de estratégias econômico-produtivas e financeiras (com diminuição da participação da família nas decisões sobre a atividade específica e a diversificação das escolhas profis-

<sup>9</sup>Gasson, R., Errington, A. *The Farm Family Business*. Wallingford, Cab International, 1993.



sionais dos descendentes) e novas fontes de ingresso financeiro na propriedade. Essa alteração se dá também em relação ao seu engajamento nas práticas e lutas sociais.

#### 4 - NOVAS EVIDÊNCIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA VALIDAÇÃO TEÓRICA DIANTE DAS MUDANÇAS NO MERCADO E SEUS VÍNCULOS COM A PRÁTICA ECONÔMICA

A politização do conceito de camponês nas décadas de 1960-70 pelo movimento social (MARTINS, 1981) e o consenso analítico formado nas décadas de 1980-90 sobre a definição de agricultura familiar como forma social de produção em que a propriedade e o trabalho estão fortemente vinculados à família (ABRAMOVAY, 1992), como foi analisado anteriormente, dificultou a percepção das transformações que estavam ocorrendo internamente nas unidades de produção familiares e que se acelerariam com a crise das políticas públicas na agricultura. Exemplo disso é a definição do INCRA (inciso II, do art. 4º, do Estatuto da Terra - Lei 4.504/64) de "*Propriedade Familiar*" como o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, absorve toda a força de trabalho, garantido-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros.

Em um estudo recente sobre sistemas produtivos da agricultura familiar, Buainain; Romeiro; Guazirali (2003) afirmam que o principal elemento que permite distinguir entre os três tipos de produtores (capitalizados, em transição e os descapitalizados) é a renda agrícola obtida por cada ativo familiar. Reconhecem ainda que, mesmo levando em conta o forte vínculo dos produtores com a terra e o local, se as oportunidades de trabalho existentes fora da propriedade forem sistematicamente mais remuneradoras do que a renda gerada pela unidade produtiva, a tendência será o esvaziamento produtivo e o êxodo

rural. Apesar da precariedade encontrada nas unidades de produção familiares, a maioria dos sistemas produtivos mostrou estar gerando renda agrícola líquida superior ao que a maioria dos membros da família conseguiria obter em ocupações alternativas. Apesar das conclusões reforçarem a importância da unidade familiar, não destacam a crescente composição da renda advinda de outras atividades

A importância dos estudos sobre a pobreza e a desigualdade social no Brasil (HENRIQUES, 2000), e sobre a pobreza rural em particular (TAKAGI; GRAZIANO DA SILVA; BELIK, 2002), trouxeram avanços consideráveis na forma de se pensar a diferenciação e a reprodução social da agricultura familiar e na definição de políticas públicas voltada às suas especificidades. À medida que a quantidade de terra e o perfil da mão-de-obra foram tornando-se secundários para explicar, por um lado, a eficiência e a acumulação econômica e, por outro, a marginalização social de formas da agricultura familiar, impõe-se a necessidade de se (re)pensar a agricultura familiar, suas transformações internas e suas relações externas. Associadas à perda da importância da propriedade na transmissão patrimonial para que a família possa permanecer na atividade agrícola como ocupação e geração de renda principal, as transformações que estão ocorrendo na estrutura e no funcionamento da economia globalizada, no que diz respeito aos impactos sobre a agricultura familiar, apontam que os indivíduos (chefe do estabelecimento e principalmente seus descendentes) passam da situação de vivência e reprodução, outrora dependentes das capacidades e condições de inserção social e econômica dos membros da família em torno e a partir daquela atividade agrícola, para uma situação de interatividade social. Muller (1987) indicou o processo de profissionalização do agricultor como o de implosão da localidade. Recentemente, os fenômenos de ampliação e diversificação das atividades de geração de renda, associados à formação escolar e à qualificação, indicam à (re)leitura do local como espaço social em que novas habilidades e capacidades ampliam as possibilidades de reprodução limitadas anteriormente às características intrínsecas do

modo familiar de funcionamento da unidade produtiva agrícola como forma coesa de reprodução social.

As profundas transformações na família nos últimos 20 anos, em parte devido aos vínculos diretos que ela estabelece com a atividade econômica, têm ocorrido ao longo da história. O quadro 1 procura mostrar essa evolução.

A masculinização da população em muitos lugares; o envelhecimento em outros; o revigoração com emprego de jovens e mulheres em outros; o crescimento da pluriatividade (mesma família desempenha diversas atividades produtivas, inclusive não-agrícolas); e a crescente importância do ambiente como valor simbólico (patrimônio socio-cultural) a ser consumido ou preservado e a adoção de valores e padrão de consumo urbano são evidências da fragmentação da unidade familiar, antes baseada indissociabilidade dos vínculos que garantia sua unicidade ocupacional<sup>10</sup> (PETTI, 1997).

Em termos de impacto na unidade produtiva, a década de 1980 já indicava que a função de produção que estrutura o sistema produtivo vai se tornando dependente da função comercial, levando a uma orientação da relação do produtor com o mercado-mais intensa. Dessa forma, a dominância comercial vai garantir a predisposição do agricultor para a inovação através da endogenização da mudança tecnológica e para a mudança na divisão interna do trabalho na propriedade, preponderando sua posição da gestão do empreendimento agrícola. Essas modificações revestem-se de grande importância, uma vez que dizem respeito ao controle tanto dos processos e das técnicas que permitem a obtenção da produção desejada, quanto da circulação dos produtos no mercado em um ambiente de competitividade crescente. Suas principais atribuições se relacionam com a contrata-

ção dos fatores de produção e a tomada de decisões sobre preço, quantidade e tecnologia. Portanto, assegura a busca de altos níveis de eficiência, sobretudo a solução dos problemas advindos de mercados imperfeitos (a ausência de alguns insumos e técnicas de produção). A capacidade de gestão dependeria da eficiência técnica (melhoria do sistema produtivo), da eficiência econômica e organizativa (bom uso dos recursos disponíveis para diminuir custos e aumentar o preço de venda de sua produção, conhecimento das características da demanda e da comercialização, valorização dos recursos humanos, acesso ao capital financeiro e adequado desenvolvimento dos sistemas de controle da gestão) e da eficiência estratégica (capacidade de definir estratégias para lidar com problemas e inseguranças através do associativismo e da disposição de instrumental para a negociação com outros agentes econômicos).

Ao se pensar do ponto de vista da dinâmica interna da agricultura familiar, essa mudança, por ser explicada pela dificuldade em manter o mecanismo sucessório da forma como vinha acontecendo, isto é, a restrição do mercado de terras, os altos valores dos ativos fundiários e a urbanização nos modos de vida fazem com que a reprodução social da família como unidade produtiva e econômica seja dissolvida, pressionando os jovens a buscar alternativas de inserção social em atividades não-agrícolas (os jovens rurais procuram diversificar as atividades na propriedade ou agregar mais valor ao produto, procurando não concorrer com aquela dos pais) ou pressionando à profissionalização da atividade agrícola e da unidade produtiva, o que significa institucionalizar a prática econômica de forma bastante diferenciada de como se dava anteriormente. A dificuldade sucessória no sentido da garantia da trajetória social na agricultura de todos os membros da família, não raro, leva a que a propriedade passe a ser um ativo de alta conversibilidade após a morte do chefe da família, mediante a venda da mesma, principalmente no caso de já consolidadas trajetórias ocupacionais distantes da agricultura.

Mesmo no caso de famílias pobres e marginalizadas da dinâmica comercial, a reflexão sobre a

<sup>10</sup>Petti (1997) salienta que os serviços contratados pela agricultura situam-se dentro do fenômeno de terceirização da economia. Os empréstimos de maquinário pela pequena ou média propriedade, por exemplo, modificariam os processos de tomada de decisão e a relação entre os recursos disponíveis e sua utilização. O produtor pode inclusive oferecer seu trabalho fora de sua propriedade. Enquanto a autora considera que o empréstimo eleva a renda agrícola da propriedade, atualmente essa elevação pode originar-se de atividades não-agrícolas, se for considerada toda a composição da mão-de-obra familiar.

**Quadro 1 - Transformações da Família e dos seus Vínculos com a Atividade Econômica**

Funções da Família	Idade Média	Sociedade Industrial (moderna)	Contemporânea (pós-industrial) e tendência futura
Sistema econômico (organização da produção)	Familiar : pessoas identificadas pela atividade do pai, manufatura e ofício	Individualização: sistema de contrato individual e pessoal, centralidade do trabalho	Autônomo cooperado (rede) entre pessoas com identidade sócio-profissional
Consumo (compra/venda) de bens e produtos	Familiar: produção pela família, troca com outras famílias, compra para a família	Familiar: bens produzidos e salário, atendimento às necessidades familiares básicas	Segmentado: compra para necessidades personalizadas globalizadas, consumismo
Vida social e comunitária	Familiar, restrita à comunidade local e religiosa	Familiar, individualizada e institucionalizada, cooperativas competitivas a partir do trabalho	Institucionalizada, associativa, participativa (interativa) e cultural, cooperação extra-econômica
Sistema de valores identitários e morais	Família reprodutora biológica, moral e religiosa	Família consangüínea, monogâmica, unidade de reprodução e acumulação	Família "compartilhada" agregada pela interação identitária e <i>lôcus</i> de igualdade, unidade coletivizada de reprodução e acumulação
Sistema de valores de cidadania	Família e comunidade (sociedade local), secularização das regras	Individualizados (cidadão) referência nacional; liberdade individual, instituições e governos nacionais reproduzem	Segmentalizados e personalizados em interatividade (cidadania) universal, valoriza diferenças socioculturais
Espaço geográfico de relações sociais e econômicas	Comunidade rural	Espaço econômico (setorial)/cadeia produtiva	Território (ruralidade)
Organizações	Igreja, associações de ofício	Sindicatos classistas, cooperativas verticais	Associações e cooperativas horizontais (cooperação e solidariedade)

Fonte: Gehlen (2006).

pobreza não apenas se explica pela insuficiência de renda agrícola, mas como fenômeno em que concorre uma composição da renda por atividades diversas, urbanas e muitas vezes informais, além da participação em políticas sociais. Pode-se citar o caso, não raro, das mulheres em assentamento - exemplo emblemático de resultado de uma histórica mobilização social em que a energia investida originou-se e justificou-se socialmente pela participação do núcleo familiar - que deixam de exercer a tarefa de cuidar da horta nas proximidades da casa para trabalhar como empregadas domésticas ou serviços urbanos de outra natureza, contribuindo para complementação de renda.

Portanto, movimentos divergentes ocorrem: diminuição da pressão demográfica na unidade familiar, o que relativiza a importância que esta tinha na reprodução social dos membros da família, ou um revigoreamento econômico desta por aporte de renda de outras atividades, possibilitando investimentos tornados caros pela parcimônia do crédito seguido da profissionalização da atividade agrícola ou, ainda, inserção da agricultura familiar em novos segmentos de mercado (diversificação) (com a participação de políticas sociais e de mercado sob a regulação do Estado) em que as chances de participação das trocas econômicas aumentam devido ao revigoreamento das condições específicas de produção da

agricultura familiar.

A modificação na composição da renda e o padrão urbano de consumo modificam em definitivo a trajetória que orienta prioridades na família e altera o perfil dos investimentos na propriedade agrícola (CHALITA, 2004). Dessa maneira, falar de agricultura familiar na atualidade é abordar um mosaico de formas de produção, de vida, de trabalho e de inserção no mercado. Segundo Wilkinson (2000), desde a década de 1990, há uma marcante virada nas análises sobre a agricultura familiar, uma vez que a nova ordem econômica introduz os temas dos novos mercados agrícolas (artesaniais, orgânicos), novas atividades rurais (agroturismo e lazer) e a superação da antiga polarização urbano-rural, tanto em termos de infra-estrutura quanto de atividades industriais e serviços.

Falta, entretanto, refletir sobre as condições em que a agricultura familiar continua permanecendo uma unidade social pertinente de análise, o que significa ser dotada de uma posição na estrutura e na dinâmica social que lhe outorga uma especificidade e um valor explicativo das relações sociais em que se encontra, dotada de características objetivas e subjetivas particulares, mesmo que tenha se modificado como uma forma específica de produção, a tal ponto que não se identifique mais uma unidade homogênea, caracterizada pelos, outrora, estreitos vínculos entre propriedade, trabalho e família.

A agricultura familiar tradicionalmente demarcou seu espaço de cidadania em relação aos direitos elementares, como acesso à terra e às condições de produção; as novas formas de agricultura familiar têm sua cidadania remetida à condição da existência social referenciada em uma relação estabelecida com a sociedade global (nacional e transnacional). Como a cidadania é um direito público, universal, porém sob contrato negociado, o trabalho, ao perder força como mediação central da sociedade industrial, vai deslocar a reivindicação da cidadania na direção do acesso ao saber e às informações estratégicas necessárias à qualificação do trabalho e do produto gerado. A preocupação da sociedade relacionada com a identificação, produção e proteção de

bens comuns (públicos e não estatais) modifica também a natureza dessa cidadania, levando ao estabelecimento de interações sociais que envolvem os agricultores anteriormente aos objetivos voltados ao resultado econômico. É o caso da certificação dos produtos, qualidade de vida, proteção do meio ambiente, acesso aos serviços como saúde, educação e cultura, que se deparam com normas e padrões internacionais.

As transformações contemporâneas impõem um novo consenso sobre a competitividade que, por afastar-se dos pressupostos da produtividade e aproximar-se dos da qualidade, (re)introduz a questão da centralidade do trabalho, mas cuja flexibilidade vai apontar para a qualidade de vida do trabalhador, a qualidade do produto e do meio ambiente. Esse consenso transfere o sucesso de uns ou insucesso de outros da esfera das regras formais dadas pela regularidade do funcionamento dos mercados e de suas normas para a esfera privada ou individual, recriando o indivíduo competitivo e interativo. Para serem eficientes na agricultura moderna, os produtores necessitam renunciar parte de seu saber tradicional e se apropriar de um novo saber, constituindo-se em um processo de (re)profissionalização.

Nessa perspectiva, todas as categorias sociais da agricultura familiar passam a ser reconhecidas socialmente pela condição profissional através das mediações da natureza e do mercado, que podem se sobrepor eficientemente no caso dessa categoria social dada sua estreita vinculação pessoal com a atividade. Ao demandarem novos conhecimentos, essas mediações apontam para uma posição da agricultura familiar longe de ser classista, naturalizada por uma divisão social do trabalho. Por outro lado, também as instituições emergentes não estão dadas como condição de vivência coletiva mecânica, isto é, as formas de institucionalização do agricultor familiar passam pela forma como ele vai projetar-se relacionadamente com a sociedade.

Colocando em outros termos, a análise dos mercados e da respectiva participação da agricultura familiar diante do fato que a coordenação dos agentes econômicos, necessária às trocas comerciais, não

se explica mais apenas pela dinâmica dos fluxos de capital e de produtos específicos, mas pelas condições sociais e culturais de troca de cada um dos agentes. Essas condições são resultado tanto de um processo diacrônico, isto é, de graus de enraizamento em situações de troca (comunicabilidade entre os agentes), o que definiria um padrão estrutural de comportamento (tradição), quanto de um processo sincrônico de busca de identificação dos interesses diversos e das possibilidades de barganha e negociação. Ambas dizem respeito às qualidades cognitivas dos agentes, isto é, às condições de conhecimento e reconhecimento do espaço do jogo econômico, das regras da barganha e dos requisitos mínimos à sua respectiva participação. Essas qualidades são adquiridas na sua trajetória social (elementos mais estáveis e regulares) e na exposição às situações em que novos aprendizados são efetuados (elementos mais mutáveis e inovadores) adquiridos na vivência em instituições coletivas.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi mostrar como as análises baseadas em determinantes estruturais vão se mostrando insuficientes para analisar formas de produtores familiares que se descaracterizam diante de novas exigências dos mercados e novos vínculos que estabelecem com a prática econômica.

Procurou-se destacar a importância de considerar: 1) a análise dos determinantes provindos do contexto sócio-econômico mais geral em que se dá determinada organização da produção (por exemplo, perfil e organização do mercado de trabalho regional, disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata, políticas públicas e diversificação do mercado, podendo significar alternativa em relação ao trabalho familiar). Esses determinantes levariam a reorientações no padrão de integração estrutural do sistema produtivo através de modificações na relação da família com a propriedade, resultantes das alterações no uso da terra, do trabalho e das técnicas de produção; e 2) a análise dos determinantes das

afiliações socioculturais e projetos desses produtores em casos específicos, por incidirem sobre decisões e estratégias do produtor (desde questões relativas a prestígio social até questões sobre a natureza corporativista do engajamento dos produtores nos conflitos setoriais). Esses determinantes trariam reorientações nas formas de articulação às alternativas de produção e de comercialização da produção agrícola que levam a posições diferenciadas no mercado segundo critérios não-estruturais que mostram estar definitivamente alterando a composição da renda das famílias.

Em termos de variáveis a considerar nas análises sobre agricultura familiar, pode-se afirmar que o acesso aos recursos naturais (terra), recursos humanos (trabalho), investimentos (capital), infraestrutura (tecnologia) e estrutura econômica (organização das empresas) vai sofrer a influência de outras que se impõem como condição de interatividade, como desempenho do mercado, instituições, redes, comunidades e qualidade de vida. Mais, estas últimas podem, no extremo, deformar a estruturação daquelas variáveis e seu objetivo imediato ou, ainda, estabelecer as condições iniciais a partir das quais resultados econômicos são obtidos. É nesse sentido que o rural assume uma dimensão mais pertinente para se estudar os fenômenos setoriais de mercado, uma vez que vai constituir-se por essa aparente fragmentação que deve ser objeto de novas variáveis, composição entre essas variáveis e análises multifatoriais distintas, onde cabe uma abertura aos métodos qualitativos de investigação para que novas relações possam ser identificadas e correlacionadas. A importância é de natureza não apenas teórica, mas prática, uma vez que indica modos de intervenção do poder público não possíveis junto a esses produtores, como também elementos para se repensar as formas de retratar a agricultura familiar.

## LITERATURA CITADA

- ABRAMOWAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.
- AIDAR, A. C. K.; PEROSA JUNIOR, R. M. Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura. **Revista de Economia**

**Política**, São Paulo: v. 1, n. 2, p. 17-39, 1981.

ANTUNIASI, M. H. Pequena propriedade na agricultura do estado de São Paulo: camponeses ou empresa capitalista?. **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 2, série 2, p. 47-63, 1986.

BELATO, D. **Os camponeses integrados**. 1984. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.

BRUMER, A. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura gaúcha. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. 6, p. 89-110, 1994.

BRUN, A. Pertinence-impertinence de la famille comme unité d'analyse du secteur agricole. In: COLLOQUE les agriculteurs et la politique depuis 1970. Paris, 30/11 à 2/12 1987. Mimeo.

BRUNO, R. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 10, p. 312-347, 2003.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARVALHO, H. M. de. A estrutura das classes sociais no campo. In: BONIN, A. A. et al. **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Criar/Ciência Labor, 1987. p.103-145.

CHALITA, M. A. N. **Cultura, política e agricultura familiar: a identidade sócio-profissional de empresário rural como referencial das estratégias de desenvolvimento da citricultura paulista**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CORADINI, O. L. Os movimentos sociais no campo no sul do Brasil. In: SANTOS, J. V. T. dos. (Org.). **Revoluções camponesas na América Latina**. Campinas: UNICAMP/Ícone, 1985. p. 137-147.

FRIEDMANN, H. The family and the international food regimes. In: SHANIN, T. **Peasants and peasant societies: selected readings**. London: Penguin Book, 1988. p. 247-258.

GERMER, C. **Modernização, estrutura de classes e movimentos sociais no campo**. Paris: Université Paris III/Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, 1988.

GEHLEN, I. Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável. In: RIELLA, A. (Org.) **Globalização, desarrollo y territorios menos favorecidos**. [s.l.]: Universidade Constituyente Riella. Depto de Sociologia, 2006.

GOMEZ, S. As organizações empresariais rurais na América Latina: o caso do Brasil e do Chile. **Reforma Agrária**, Rio Claro, v. 17, n. 2, p. 4-16, ago./nov. 1987.

GOODMANN, D.; REDCLIFT, M. Capitalism, petty commodity production and the farm enterprise. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 25, n. 3/4, p. 231-247, 1985.

GOODMANN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 31-55, out./dez. 1985.

GRAZIANO DA SILVA, José. Agroindústria e globalização: o caso da laranja do estado de São Paulo. In: CAVALCANTI, J. S. (Org.). **Globalização, trabalho e meio ambiente**. Recife: UFPE, 1999b. p. 221-255.

\_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999a.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes/FASE, 1987.

HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 51-111, 1994.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. **Novos dados sobre a produção familiar no campo**. Campinas: Unicamp/IE, 1989.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Portugal: Proposta, 1980.

LAGRAVE, R. M. **Celles de la terre**: l'invention politique du métier d'agriculteur. Paris: PUF, 1987.

LAMARCHE, H. (Coord.). **L'agriculture familiale**: comparaison internationale - II du mythe à la réalité. Paris: L'Harmattan, 1994.

\_\_\_\_\_. Les logiques productives. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). **L'agriculture familiale**: comparaison Internationale - I une réalité polymorphe. Paris: L'Harmattan, 1992.

LÊNIN, I. U. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LOPES, A. Y. D. P.; SALES, T. Qual a classe social do novo pequeno produtor? Implicações de sua determinação. **Perspectivas, Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 7, p. 19-30, 1983.

LOUREIRO, M. R. G. **Terra, família e capital**: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987.

MANN, S. A.; DICKINSON, J. M. Obstacles of the development of a capitalist agriculture. **The Journal of Peasant Studies**, Londres, v. 5, n. 4, p. 466-481, 1978.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MULLER, P. Crise de la sectorialité et nouvelles identités paysannes: le métier d'exploitant rural. In: COLLOQUE les agriculteurs et la politique depuis 1970. Paris: nov-déc, 1987.
- NAVARRO, Z. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- NEVES, D. P. A agricultura familiar: questões metodológicas. **Reforma Agrária**, Rio Claro, v. 25, n. 2/3, p. 21-37 maio/dez. 1995.
- PAULILO, M. I. S. **A integração no sul de Santa Catarina**. 1987. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PETTI, R. H. V. O debate italiano sobre agricultura em tempo parcial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal, RN. **Anais...**
- PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 76-89, 1994.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- TAKAGI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J.; BELIK, W. (Orgs.). **Combate à fome e à pobreza rural**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.
- WANDERLEY, M. DE N. B. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1979.
- \_\_\_\_\_. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D.; BRADENBURG, A. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998. p. 29-49.
- \_\_\_\_\_. A produção familiar na agricultura brasileira: notas preliminares para um estudo comparativo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 14., 1990, Caxambu. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo. **Cadernos do IFCH**, Campinas, n. 19, jun. 1988.
- WILKINSON, J. **Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural**. Rio de Janeiro: CDPA/DAS/UFRRJ, 2000. Mimeo. (Versão preliminar não corrigida).

---

Recebido em 06/01/2006. Liberado para publicação em 23/06/2006.